

Diário da Assembléia

Nº 3.004

CURITIBA, SEXTA-FEIRA, 22 DE MARÇO DE 1974

ANO IX

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ

COMISSÕES PERMANENTES

4.a SESSÃO LEGISLATIVA DA 7.a LEGISLATURA

COMISSÃO EXECUTIVA

PRESIDENTE — João Mansur

1.º VICE-PRESIDENTE — Santos Lima

2.º VICE-PRESIDENTE — Odilon Reinhardt

1.º SECRETÁRIO — Jorge Sato

2.º SECRETÁRIO — Muggiati Filho (M.D.B.)

3.º SECRETÁRIO — David Federmann

4.º SECRETÁRIO — Hélio Manfrinato (M.D.B.)

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

TITULARES

PRESIDENTE — Antonio Costa

VICE-PRESIDENTE — Nelson Buffara (M.D.B.)

Ivo Thomazoni — Ovidio Franzoni — Antonio Lopes Jr. — Erondy Silvério — Quielise Crisóstomo — Igo Losso — Wilson Fortes — Paulo Camargo — Sebastião Rodrigues Júnior (M.D.B.)

SUPLENTE

Gilberto Carvalho — Arthur de Souza — Borsari Neto — Fuad Nacli — Xenofonte Villanueva — Francisco Escorsin — Fabiano Braga Côrtes — Basílio Zanusso — Marciano Baraniuk — Iris M. Caldart (M.D.B.)
SECRETÁRIO — Rita Celestino Soares
REUNIÕES — As quartas-feiras

COMISSÃO DE ORÇAMENTO

TITULARES

PRESIDENTE — Ovidio Franzoni

VICE-PRESIDENTE — Nelson Buffara (M.D.B.)

Fuad Nacli — Fabiano Braga Côrtes — Borsari Neto — Erondy Silvério — Francisco Escorsin

SUPLENTE

Xenofonte Villanueva — Antonio Maciel — Basílio Zanusso — Marciano Baraniuk — Igo Losso — Antonio Costa — Antonio Belinati (M.D.B.)
SECRETÁRIO — Elcy Silva Batista
REUNIÕES — Condicionadas a existência de matéria

COMISSÃO DE AGRICULTURA, INDÚSTRIA E COMÉRCIO

TITULARES

PRESIDENTE — Antonio Maciel

VICE-PRESIDENTE — Domício Scaramella (M.D.B.)

Lázaro Dumont — Basílio Zanusso — Arizone Araújo

SUPLENTE

Fuad Nacli — Borsari Neto — Ovidio Franzoni — Francisco Escorsin — Iris M. Caldart (M.D.B.)
SECRETÁRIO — Ney Rodrigues
REUNIÕES — Condicionadas a existência de matéria

COMISSÃO DE INSTRUÇÃO PÚBLICA

TITULARES

PRESIDENTE — Antonio Lopes Jr.

VICE-PRESIDENTE — Alvaro Dias (M.D.B.)

Olavo Ferreira — Antonio Maciel — Rosário Pitelli

SUPLENTE

Gabriel Manoel — Paulo Poli — João Fadel — Ivo Thomazoni — Sebastião Rodrigues Júnior (M.D.B.)
SECRETÁRIO — Maria Aparecida R. G. Amaral
REUNIÕES — Condicionadas a existência de matéria

COMISSÃO DE TERRAS, IMIGRAÇÃO E COLONIZAÇÃO

TITULARES

PRESIDENTE — Domício Scaramella (M.D.B.)

VICE-PRESIDENTE — Gabriel Manoel

Marciano Baraniuk — Iris M. Caldart (M.D.B.) — Alvaro Dias (M.D.B.)

SUPLENTE

Antonio Lopes Jr. — Ovidio Franzoni — Maurício Fruet (M.D.B.) — Antonio Belinati (M.D.B.) — Nelson Buffara (M.D.B.)
SECRETÁRIO — Agildes de Oliveira Martins
REUNIÕES — Condicionadas a existência de matéria

COMISSÃO DE SAÚDE PÚBLICA

TITULARES

PRESIDENTE — Arizone Araújo

VICE-PRESIDENTE — Domício Scaramella — (M.D.B.)

Wilson Brandão — Xenofonte Villanueva — Ovidio Franzoni

SUPLENTE

Marciano Baraniuk — Antonio Costa — Basílio Zanusso — Aguinaldo P.

Lima — Maurício Fruet (M.D.B.)

SECRETÁRIO — Elza Carneiro Camargo

REUNIÕES — Condicionadas a existência de matéria

COMISSÃO DE TURISMO

TITULARES

PRESIDENTE — Xenofonte Villanueva

VICE-PRESIDENTE — Maurício Fruet (M.D.B.)

Paulo Poli — Marciano Baraniuk — Wilson Brandão

SUPLENTE

Lázaro Dumont — Francisco Escorsin — Borsari Neto — Wilson Fortes

— Sebastião Rodrigues Júnior (M.D.B.)

SECRETÁRIO — Maria Stella do Amaral Gurgel

REUNIÕES — Condicionadas a existência de matéria

COMISSÃO DE FINANÇAS

TITULARES

PRESIDENTE — Quielise Crisóstomo

VICE-PRESIDENTE — Alvaro Dias (M.D.B.)

João Fadel — Fabiano Braga Côrtes — Fuad Nacli — Francisco Escorsin — Gilberto Carvalho

SUPLENTE

Paulo Poli — Antonio Maciel — Wilson Fortes — Aguinaldo P. Lima —

Rosário Pitelli — Antonio Lopes Jr. — Sebastião R. Júnior (M.D.B.)

REUNIÕES — As terças-feiras

SECRETÁRIO — Terezinha Barbosa Moura e Claro

COMISSÃO DE POLÍCIA

TITULARES

PRESIDENTE — Antonio Belinati (M.D.B.)

VICE-PRESIDENTE — Arthur de Souza

Antonio Costa — Marciano Baraniuk — Nelson Buffara (M.D.B.)

SUPLENTE

Paulo Poli — Ivo Thomazoni — Basílio Zanusso — Maurício Fruet (M.D.B.)

— Sebastião Rodrigues Júnior (M.D.B.)

SECRETÁRIO — Lóris Cordeiro de Barros

REUNIÕES — Condicionadas a existência de matéria

COMISSÃO DE REDAÇÃO

TITULARES

PRESIDENTE — Gilberto Carvalho

VICE-PRESIDENTE — Iris M. Caldart (M.D.B.)

Gabriel Manoel — Igo Losso — Basílio Zanusso

SUPLENTE

Xenofonte Villanueva — João Fadel — Lázaro Dumont — Antonio Lopes Jr.

— Alvaro Dias (M.D.B.)

SECRETÁRIO — Lélis Guimarães Sotto-Maior

REUNIÕES — Condicionadas a existência de matéria

COMISSÃO DE TOMADA DE CONTAS

TITULARES

PRESIDENTE — Paulo Poli

VICE-PRESIDENTE — Antonio Belinati (M.D.B.)

João Fadel — Arthur de Souza — Aguinaldo P. Lima

SUPLENTE

Gilberto Carvalho — Fabiano Braga Côrtes — Antonio Maciel — Quiel-

se Crisóstomo — Domício Scaramella (M.D.B.)

SECRETÁRIO — José Tavares Canto Filho

REUNIÕES — Condicionadas a existência de matéria

COMISSÃO DE OBRAS PÚBLICAS, TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES

TITULARES

PRESIDENTE — Borsari Neto

VICE-PRESIDENTE — Antonio Belinati (M.D.B.)

Aguinaldo P. Lima — Lázaro Dumont — Arthur de Souza

SUPLENTE

Antonio Maciel — Arizone Araújo — Wilson Brandão — Wilson Fortes —

Domício Scaramella (M.D.B.)

Divisão das Comissões, em 23 de março de 1973.



4.ª Sessão Legislativa da 7.ª Legislatura
Ata da 16.ª Sessão (Extraordinária)
Realizada em 22 de Março de 1974
(Sexta-Feira)

Presidência do Sr. Deputado Santos Lima, secretariada pelos Srs. Deputados Jorge Sato e Muggiati Filho.

As 9,30 horas, é registrada a presença dos seguintes Srs. Deputados: João Mansur, Santos Lima, Odilon Reinhardt, Jorge Sato, Muggiati Filho, David Federmann, Aguinaldo Pereira Lima, Alvaro Dias, Antonio Maciel, Arizone Araújo, Erondy Silvério, Fuad Nacli, Gabriel Manoel, Gilberto Carvalho, Iris Caldart, Ivo Rocha, Ivo Thomazoni, João Fadel, Leopoldo Jacomel, Marciano Baraniuk, Nelson Buffara, Paulo Camargo, Paulo Poli, Sebastião Rodrigues Júnior e Wilson Fortes. (26); achando-se ausentes os Srs. Deputados Hélio Manfrinato, Antonio Belinati, Antonio Costa, Antonio Lopes Júnior, Arthur de Souza, Basílio Zanusso, Borsari Neto, Domício Scaramella, Emílio Carazzai, Fabiano Braga Côrtes, Francisco Escorsin, Haroldo Bianchi, Igo Losso, Lázaro Dumont, Luiz Roberto Soares, Olavo Ferreira, Ovídio Franzoni, Quielse Crisóstomo, Rosário Pitelli, Wilson Brandão e Xenofonte Villanueva. (21).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a

SESSÃO EXTRAORDINÁRIA
destinada à apreciação de Vetos governamentais.

O SR. PRESIDENTE — Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

O SR. 2.º SECRETARIO — procede à leitura da Ata da Sessão Extraordinária anterior, que é aprovada sem observações.

O SR. PRESIDENTE — Não há Expediente a ser lido.
Passa-se à

ORDEM DO DIA,
com a presença de 26 Srs. Deputados.

Em discussão as seguintes Proposições:

DISCUSSÃO ÚNICA — da Proposição n.º 43/74, Veto Parcial aposto ao Projeto de Lei n.º 124/73, de autoria do Dep. Fabiano Braga Côrtes, que autoriza o Poder Executivo doar ao Município de Colombo, os Implementos Agrícolas que especifica, pertencentes à Secretaria de Agricultura. Relatório da C.C.J., considerando o Veto em condições de ser apreciado pelo Plenário. — Encerrada a discussão. — Em votação. **Rejeitado o Projeto, mantido o Veto.**

DISCUSSÃO ÚNICA — da Proposição n.º 44/74, Veto Parcial aposto ao Projeto de Lei n.º 106/73, de autoria do Dep. Gabriel Manoel, que autoriza o Poder Executivo doar à Prefeitura Municipal de Japira, os tratores que especifica, pertencentes à Secretaria de Agricultura e considerados inservíveis. Relatório da C.C.J., considerando o Veto em condições de ser apreciado pelo Plenário. — Encerrada a discussão. Em votação. — **Rejeitado o Projeto, mantido o Veto.**

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente Sessão Extraordinária, marcando outra para segunda-feira, dia 25, às 14,00 horas, com a Ordem do Dia já anunciada em Sessão Extraordinária anterior.

Levanta-se a sessão.

4.ª Sessão Legislativa da 7.ª Legislatura
Ata da 17.ª Sessão Ordinária
Realizada em 22 de Março de 1974
(Sexta-Feira)

Presidência do Sr. Deputado Santos Lima, secretariada pelos Srs. Deputados Jorge Sato e Muggiati Filho.

As 10,00 horas, é registrada a presença dos seguintes Srs. Deputados: João Mansur, Santos Lima, Odilon Reinhardt, Jorge Sato, Muggiati Filho, David Federmann, Aguinaldo Pereira Lima, Alvaro Dias, Arizone Araújo, Antonio Maciel, Erondy Silvério, Fuad Nacli, Gabriel Manoel, Gilberto Carvalho, Iris Caldart, Ivo Rocha, Ivo Thomazoni, João Fadel, Leopoldo Jacomel, Marciano Baraniuk, Maurício Fruet, Nelson Buffara, Paulo Poli, Paulo Camargo, Sebastião Rodrigues Júnior, Wilson Fortes, Arthur de Souza e Wilson Brandão. (28); achando-se ausentes os Srs. Deputados: Hélio Manfrinato, Antonio Belinati, Antonio Costa, Antonio Lopes Júnior, Basílio Zanusso, Borsari Neto, Domício Scaramella, Emílio Carazzai, Fabiano Braga Côrtes, Francisco Escorsin, Haroldo Bianchi, Igo Losso, Lázaro Dumont, Luiz Roberto Soares, Olavo Ferreira, Ovídio Franzoni, Quielse Crisóstomo, Rosário Pitelli e Xenofonte Villanueva. (19).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a

S E S S Ã O .
O SR. PRESIDENTE — Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

O SR. 2.º SECRETARIO — procede à leitura da Ata da Sessão anterior, que é aprovada sem observações.

O SR. 1.º SECRETARIO — procede à leitura do seguinte
E X P E D I E N T E :

REQUERIMENTOS:

— de autoria do Senhor Deputado Jorge Sato, solicitando Regime de Urgência para o Projeto de Lei n.º 287-73.

— de autoria do Senhor Deputado Ivo Thomazoni, solicitando Regime de Urgência para o Projeto de Lei n.º 18-73.

R e q u e r i m e n t o

Senhor Presidente:

O Deputado que este subscreve no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário seja endereçado ao Departamento de Engenharia da Telepar, apelo no sentido de que seja dinamizado

o serviço de religação de telefones quando da transferência do usuário, tendo em vista a morosidade com que vem sendo realizado atualmente. Para exemplificar citamos o que ocorre à Rua Alberto Foloni, 207, onde usuários esperam impacientes a religação de seus telefones desde que se mudaram para o Conjunto Residencial Itapuã. Três meses ocorridos sem que as providências sejam tomadas, provocando enormes transtornos. É justo que se solicite maior atenção, já que se o usuário atrasar em um dia o pagamento mensal a que está sujeito, terá seu telefone desligado, obrigando-se a pagar multa para tê-lo novamente em funcionamento. Sendo o Paraná, Estado privilegiado em telecomunicações, necessário se faz medidas urgentes no sentido de se prestar melhor atendimento, para que não se deslustre imagem construída à custa do trabalho de determinadas autoridades.

Sala das Sessões, em 22 de março de 1974.

(a) **ALVARO DIAS**

R e q u e r i m e n t o

Senhor Presidente:

Reiterando nos mesmos termos apelo formulado na Câmara Federal pelo Exmo. Senhor Deputado Jaison Barreto, requeiro à Mesa, ouvido o Plenário, o envio de telex ao Exmo. Senhor Ministro da Saúde, solicitando à S. Exa. que se digno determinar a proibição de venda e fabricação de remédios nominados pelo referido parlamentar cuja venda há mais de um ano está proibida nos Estados Unidos, tendo em vista constatação de uma série de graves problemas à saúde dos consumidores. Outrossim, dê-se ciência da decisão da Casa, aprovando o presente, Exmo. Senhor Secretário da Saúde.

Sala das Sessões, em 22 de março de 1974.

(a) **MAURICIO FRUET**

R e q u e r i m e n t o

Senhor Presidente:

Nos termos regimentais, requeiro seja registrado na Ata dos presentes trabalhos, um voto de regozijo pela investidura do Doutor Karlos Rischbietter, na Presidência da Caixa Econômica Federal.

Exercendo a Presidência do Banco de Desenvolvimento do Estado do Paraná, até há bem pouco tempo, o Doutor Karlos Rischbietter projetou-se como figura das mais importantes da administração paranaense, sendo agora, pelo seu reconhecido valor, alçado à Presidência da Caixa Econômica Federal, integrando a equipe do Governo do Presidente Geisel, o que constitui, sem dúvida, mais um motivo de regozijo para o nosso Estado.

Requeiro, outrossim, que se dê conhecimento ao homenageado da manifestação da Casa.

Sala das Sessões, em 22 de março de 1974.

(a) **ERONDY SILVÉRIO**

R e q u e r i m e n t o

Senhor Presidente:

O Deputado que abaixo subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, solicita de V. Exa. o envio do telegrama abaixo à Sucursal de Curitiba, da Folha de Londrina, nos seguintes termos:

"ASSEMBLEIA LEGISLATIVA PARANA CONGRATULA-SE SUCURSAL CURITIBA FOLHA DE LONDRINA vg PUBLICAÇÃO DIA 16 ÚLTIMO vg REPORTAGEM "PECUÁRIA PARANAENSE GRANDE CRESCIMENTO GRANDES DEFORMAÇÕES" ELEVADO INTERESSE NOSSO ESTADO pt".

Sala das Sessões, em 21 de março de 1974.

(a) **OLAVO FERREIRA**

R e q u e r i m e n t o

Senhor Presidente:

O Deputado que abaixo subscreve, usando de suas atribuições regimentais solicita de V. Exa., após ouvido o Plenário, seja encaminhado expediente nos termos abaixo, ao Exmo. Sr. Governador do Estado, Emílio Gomes e ao Exmo. Sr. Secretário dos Negócios da Agricultura, Dr. José Cassiano Gomes dos Reis Júnior.

Considerando que com a crise da cafeicultura no Paraná, houve a partir de 1965 um espetacular aumento do nosso rebanho bovino;

Considerando que este aumento resultou do trabalho iniciado no governo Ney Braga através do seu Secretário de Agricultura, Paulo Pimentel, com a renovação do plantel de baixa qualidade pelos da raça nelore;

Considerando que todo o trabalho realizado no passado, colocou o Paraná em posição privilegiada no setor pecuário nacional e internacional;

Considerando, entretanto, que todo o crescimento desordenado gera uma série de distorções que precisam ser imediatamente corrigidas, para preservar-se as conquistas alcançadas, através de medidas tecnicamente apropriadas, como sejam:

a) Instalação ou aquisição de um laboratório para a fabricação de vacinas usadas na pecuária, principalmente contra a febre aftosa. As necessidades de nosso rebanho atingem a 5 milhões de doses anuais. Existe uma indústria na cidade de Arapongas com capacidade de fabricação de 500 mil doses anuais inteiramente paralizada, onde o governo através do BADEP é o maior credor e poderia tomar medidas capazes de habilitá-lo a produzir nesta fábrica as vacinas que viriam em parte, atender à demanda.

b) Usar da prática moderna de inseminação artificial em vista de que o médio e o pequeno criador não dispõe de recursos para a aquisição de reprodutores de alta linhagem.

Para tanto a Secretaria de Agricultura poderia firmar convênios com empresas que se dedicam à prestação deste serviço, revendendo através de financiamentos e prestação de assistência técnica, havendo assim possibilidade de reprodução da melhor qualidade, a fim de que no futuro o Brasil não venha a apresentar um dos maiores rebanhos do mundo, mas também um dos mais doentes, mal tratados e mal aproveitados.

Sala das Sessões, em 21 de março de 1974.

(a) **OLAVO FERREIRA**

SR. PRESIDENTE — Está finda a leitura do Expediente. Concedo a palavra ao primeiro orador inscrito no Pequeno Expediente, Sr. Deputado Nelson Buffara.

O SR. NELSON BUFFARA — Sr. Presidente, Srs. Deputados. Prestaremos hoje homenagem a um ex-vereador de Paranaguá, fa-

lecido num acidente de automóvel, há alguns anos atrás. É oportuno que se homenageie esse ex-edil, da cidade de Paranaguá.

"Passado o momento de euforia, proporcionado pela notícia de que o Paraná sensibilizará o Governo Federal, na luta encetada para a construção de uma Refinaria da Petrobrás em nosso Estado, como representante de Paranaguá, e seu povo, sinto-me na obrigação de reverenciar a memória de um incansável batalhador que, na Câmara Municipal de Paranaguá, lutou estoicamente pela implantação da Refinaria, hoje em fase de construção. — Refiro-me a SALIM CHEDE, vitimado tragicamente em acidente de automóvel e que, em vida, não teve a satisfação de ver coroada de êxito a sua memorável batalha.

Quando o próprio Governo do Paraná, humildemente advogava a construção de um oleoduto, descrente das possibilidades de conseguir a refinaria, SALIM CHEDE, na Câmara Municipal de Paranaguá, fazia candentes pronunciamentos, convencido de que oleoduto seria paliativo e não solução. Convenceu seus pares da necessidade de, em comissão, dirigirem apelo às autoridades federais. Coligia dados e pronunciamentos abalizados, fazendo-os chegar àqueles que poderiam decidir.

SALIM CHEDE FOI UM BRAVO E NÃO É JUSTO QUE SUA LUTA PERMANEÇA DESCONHECIDA DO POVO PARANAENSE. É por isso que decidi fazer este pronunciamento, para que os Anais da Casa permitam que o nome de SALIM CHEDE fique, historicamente, ligado à conquista, pelo Paraná, da Refinaria da Petrobrás, em construção no Município de Araucária.

Finalizando, requeiro à Mesa que encaminhe cópias deste pronunciamento, aos seus familiares".

Obrigado. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — Concedo a palavra ao primeiro orador inscrito no Grande Expediente, Sr. Deputado Mauricio Fruet.

O SR. MAURICIO FRUET — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

O Deputado Federal, Jaison Barreto, em pronunciamento nesta semana na Câmara Federal, na qualidade de médico e pertencente à Comissão de Saúde, do Congresso, denunciou a venda no Território Nacional de medicamentos, cuja venda, produção e distribuição há mais de 1 ano, estão proibidos nos Estados Unidos, tendo em vista que estes medicamentos provocavam uma série de problemas de saúde nos pacientes. E, infelizmente, apesar de serem os mesmos laboratórios que fabricavam os produtos nos Estados Unidos e aqui, a providência em retirá-los do mercado, em nosso País, não foi concretizada. Neste sentido, o Deputado Jaison Barreto, fundamentou seu trabalho em pesquisas realizadas pela União dos Consumidores dos Estados Unidos, com sede em Mount Vernon, que recentemente distribuiu formulários de pesquisas sobre a comercialização de drogas dos laboratórios norte-americanos na América Latina e no Caribe.

A relação lida pelo parlamentar emedebista inclui drogas anti-infecciosas, analgésicos, anti-inflamatórios, anti-reumáticos, pílulas anti-concepcionais e outros medicamentos ginecológicos, anti-depressivos e tranquilizantes e esteróide anabólicos. Alguns dos medicamentos indicados, somente são liberados à venda nos Estados Unidos, mediante prescrição médica e com restrições quanto ao seu uso. Outros já foram retirados em definitivo da comercialização naquele País, como é o caso do produto infantil "Madribon", produto consumido em elevada escala em nosso País e que pode causar diversas síndromes. Nas mesmas condições situa-se o anti-malário "Aralen" que pode causar cegueira por atrofia do nervo ótico. Entre os antibióticos retirados do mercado norte-americano figuram os denominados "Albamycin", "Kecetil", "Acromicina", "Resteclin", "Sigmamicina" e "Ilosone Sulfa", este último usado como medicação infantil nos Estados Unidos e permitido com restrições severas de ordem médica.

Os esteróides anabólicos que constam da lista e que continuam sendo vendidos no Brasil são: "Wintrol", "Dxianobol", "Dianavit", "Ledercoret" e "Decadron", este último largamente utilizado como medicação infantil. Nos Estados Unidos seu uso é permitido, mas com restrições médicas, por produzirem glaucomas e úlceras do estômago.

Da lista de analgésicos o mais conhecido é "Commel", que, segundo os estudos da organização norte-americana, pode provocar alterações nos glóbulos brancos do sangue.

Além dele, a lista inclui: "Indocid", "Butazolidina", "Tanderil" e "Sosegon".

A relação de medicamentos ginecológicos inclui hormônios e pílulas anticoncepcionais, como "Ovulen", "Novlar", "Nolestrin", "Rosantil", "Anovulatório MK" e "Urbal".

Entre os anti-depressivos e tranquilizantes figuram "Aventyl", "Tryptanol", "Trofranil", "Mutabon" e "Meleril".

Na relação de drogas diversas, são indicados os medicamentos "Bisoloyon", "Mogadon" e "Tridione".

Realmente, a denúncia é estarrecedora, é preciso que o Governo brasileiro coloque um ponto final neste estado de coisas, porque de forma alguma se pode admitir que um Laboratório, sabendo da proibição imposta em seu País, ou seja na matriz da fabricação de um remédio que pode causar danos à população, este Laboratório com o fim único e exclusivo de obter mais lucros, ofereça ao povo de um País, o medicamento que pode causar lesões à saúde dos consumidores.

Não podemos deixar de hipotecar nossa inteira solidariedade ao eminente Deputado Jaison Barreto e, em nome da Assembleia Legislativa, encaminho um Requerimento ao Ministro da Saúde Pública.

Antes disto gostaria de dizer aos Deputados desta Casa que em contato mantido com a Secretaria da Saúde, fomos informados de que não houve até agora por parte do Ministério qualquer medida neste sentido, através do Serviço de Fiscalização de Medicina e Farmácia no Estado do Paraná, proibindo a venda dos remédios. A Secretaria de Saúde terá ingerência na fiscalização das vendas só após manifestação oficial do Ministério da Saúde Pública.

O fato que talvez seja o mais importante, na apreciação do Deputado catarinense Jaison Barreto, é no sentido de que o Brasil, através da Central de Medicamentos, urgentemente crie uma tecnologia própria no setor de química terapêutica. Assim agindo, fatos como este não se repetirão porque haverá melhores condições de técnica para a fiscalização destes medicamentos.

Fica, portanto, aqui consignado nosso veemente protesto, e ao mesmo tempo gostaríamos de aduzir que de forma alguma poderá apenas ficar nesta proibição a determinação.

Com o tempo, concretizando-se e comprovando-se a denúncia bem fundamentada pelo Deputado Jaison Barreto, acreditamos que o Go-

verno tome medidas coercitivas e proibitivas contra aqueles que, usando de má fé, enganam o povo.

Finalmente, Sr. Presidente, Srs. Deputados, encaminho um Requerimento à Mesa, dirigido ao Excelentíssimo Sr. Ministro da Saúde, reiterando o apelo já formulado pelo ilustre Deputado Jaison Barreto e solicitando imediata proibição de venda desses medicamentos nomeados na relação do nobre Parlamentar até que se constate, efetivamente, a veracidade da denúncia.

Era só, Sr. Presidente. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — Concedo a palavra ao segundo orador inscrito para o Grande Expediente, Sr. Deputado Wilson Fortes.

O SR. WILSON FORTES — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Ao encaminhar um Requerimento à Mesa, queremos aproveitar a oportunidade para transmitir o que vai esboçado no mesmo. (Lê):

"Senhor Presidente:

A virtude mais nobre de um homem público, sem dúvida é a coragem. Coragem sinônimos de verdade; coragem de enfrentar o problema tal qual ele se apresenta; coragem de dizer o que nem sempre agrada a todos; coragem de pedir compreensão diante de uma realidade; coragem de enfrentar realisticamente uma situação criada por fatores que fogem das alçadas e das deliberações de um País e tem conotações mundiais.

Coragem e otimismo são os termos com que pode ser definido o pronunciamento do Ministro da Fazenda, prof. Mário Henrique Simonsen. Coragem ele teve ao abordar os mais cruciantes problemas de nossa economia e desenvolvimento. Otimismo ele demonstrou ao apontar que temos condições melhores do que muitos para superar os obstáculos que tentam cercar o nosso desenvolvimento.

O País recebeu eufórico a entrevista do Ministro porque sentiu que a hora da verdade chegou e ele não escondeu as apreensões que o brasileiro sente a cada instante. O autor do presente Requerimento deseja enfatizar alguns tópicos que refletem a nova mentalidade implantada pelo governo do General Ernesto Geisel.

O Ministro em sua corajosa manifestação revela-se preocupado em rever as prioridades, principalmente em vista da crise mundial de matérias primas e em especial do petróleo. "A hipótese da existência de petróleo superabundante e barato" fez com que as atenções fossem voltadas para a construção de rodovias. Simonsen frisa a necessidade de voltarmos a atenção para ferrovias, transporte fluvial e marítimo, uma vez que o preço da gasolina terá que subir a um patamar bem mais elevado.

A industrialização era considerada como a fonte de melhores frutos. O Ministro enfatiza: "O novo quadro do sistema de preços internacionais sugere que os países ricos em matérias primas terão novas oportunidades no cenário do desenvolvimento". Não pretende que seja postergada a industrialização, mas demonstra a necessidade de intensificar a mineração, a agricultura e a pecuária. No campo agropecuário, foi feliz o prof. Simonsen quando afirmou que a Revolução de 64 fez muito no campo de crédito rural, preços mínimos e assistência ao homem do campo. Todavia "em matéria agropecuária há longo caminho a percorrer: seguro, assistência técnica, pesquisa e seleção genética, difusão de insumos modernos, armazenagem e estoques reguladores, bem como o aperfeiçoamento da comercialização".

Sobretudo mostrou-se corajoso, heróico até quando abordou o tema da inflação. "A crise de matérias primas exige o realinhamento de alguns preços internos, como a gasolina que terão que ascender a um patamar mais elevado". Alerta, além disso, que ela é um dos maiores problemas econômicos mundiais que se alastra até nos países mais desenvolvidos. "É importante, diz o Ministro, que a opinião pública se habitue a medir mais adequadamente a taxa inflacionária. Em 1974 seria imprudente qualquer previsão em virtude da conjuntura internacional". cremos que esta foi a mais corajosa manifestação do Ministro que além de alertar os brasileiros, não escondeu sua própria preocupação.

O longo pronunciamento, pautado pela visão clara e objetiva, traz ainda muitos outros exemplos de coragem. De relance cito a sua preocupação com os altos custos operacionais das instituições financeiras que "ainda se desenvolvem em ambiente inflacionário" e categoricamente define se pela redução dos "custos da intermediação financeira, inclusive das instituições oficiais de crédito" e considera uma das prioridades da política econômica a ser posta em prática.

Sugere a necessidade de reformulação da legislação das Sociedades por Ação, onde os acionistas minoritários somente vêm o avolumar-se de papéis, sem jamais participar dos dividendos.

Ao par desse pronunciamento de corajosa clareza, o Ministro mostra-se otimista quando revela o combate à inflação que define em termos de "gradualismo". Demonstra otimismo quanto ao crescimento nacional, bem como quanto ao escalonamento da dívida externa, ao desenvolvimento do País, e no setor de crédito do Brasil.

Pela corajosa manifestação do professor Mário Henrique Simonsen, que ao iniciar a atuação frente à Pasta monetária, o autor do presente deseja consignar um voto de regozijo e congratulações pela coragem, bem assim pelo otimismo realista que pretende infundir em todos os brasileiros.

Requer outrossim que da manifestação desta Casa seja dada ciência ao Sr. Ministro da Fazenda.

Sala das Sessões em 22 de março de 1974.

(a) — WILSON FORTES

Era só, Sr. Presidente. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — A Mesa registra, com prazer, a presença neste Plenário dos Srs. José Afro, Carlos Guimarães e Agostinho Vincenzi, respectivamente Prefeitos Municipais de Santa Inês, Moreira Salles e Iporá.

O SR. PRESIDENTE — Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 28 Srs. Deputados.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados:

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Resolução n.º 43/73, que acrescenta ao Regimento Interno — Capítulo V — das Comissões, a Seção VI — do credenciamento de entidades.

RESOLUÇÃO

Redação final do Projeto N.º 43/73

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
RESOLVE:

Art. 1.º — O Capítulo V — DAS COMISSÕES, do Regimento Interno, texto consolidado pela Resolução n.º 11/60, de 16 de dezembro de 1960, fica acrescido do seguinte:

"SEÇÃO VI"

DO CREDENCIAMENTO DE ENTIDADES

Art. ... Poderão as entidades de classe, de empregados e empregadores, e órgãos de profissionais liberais, credenciar oficialmente à Mesa da Assembléia representantes que possam, eventualmente, prestar esclarecimentos específicos à Casa, através de seus órgãos técnicos.

§ — 1.º — Cada entidade poderá indicar apenas 1 (um) representante, que será responsável, perante a Assembléia, por todas as informações e opiniões que emitir.

§ — 2.º — Caberá a esses representantes fornecer subsídios ao relator, aos membros da Comissão e ao órgão de assessoramento legislativo sobre proposição de seu interesse, em nível técnico e de caráter exclusivamente documental, informativo e instrutivo, de dados e pontos de vista.

§ — 3.º — Caberá ao Primeiro Secretário expedir credenciais da Assembléia Legislativa, excluídas as privativas dos Deputados.

§ 4.º — O credenciamento previsto neste artigo será exercido sem ônus para a Assembléia Legislativa".

Art. 2.º — A presente Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 18/3/74.

(Assinatura Ilegível)

Presidente

(Assinatura Ilegível)

Relator

Sobre o referido Projeto de Resolução n.º 43/73, foi apresentado um Requerimento de autoria do Sr. Deputado Erondy Silvério, no seguinte teor: (Lê):

"O Deputado que este subscreve, usando de suas atribuições regimentais, requer o adiamento da discussão e votação, por 50 (cincoenta) Sessões, para o Projeto de Resolução n.º 43/73.

Sala das Sessões, em 22 de março de 1974.

(a) — **ERONDY SILVÉRIO**".

Em votação o Requerimento que acaba de ser lido. — **Aprovado.**

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Resolução n.º 54/73, que aprova Convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, o Município de Capanema e a Associação do Instituto Vocacional e Assistencial Santa Cruz, da Cidade de Capanema, objetivando construção de prédio destinado a instalação de um estabelecimento de ensino de 1.º e 2.º graus. — **Aprovado.**

RESOLUÇÃO

Redação Final do Projeto n.º 54/73.

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

RESOLVE:

Art. 1.º. Fica aprovado o Termo Aditivo de Convênio, celebrado em 02 de maio de 1973, entre o Governo do Estado do Paraná, o Município de Capanema e a Associação do Instituto Vocacional e Assistencial Santa Cruz, de Capanema, objetivando a construção naquela cidade, de um prédio destinado à instalação de um Estabelecimento de Ensino de 1.º e 2.º Graus, nos moldes da legislação Federal específica.

Art. 2.º. Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 18 de março de 1974.

(Assinatura Ilegível)

Presidente

(Assinatura Ilegível)

Relator

(Assinatura Ilegível)

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Resolução n.º 74/73, que aprova Convênio celebrado entre o Governo do Estado e a Universidade Federal do Paraná, objetivando formulação de um Plano de Obras adequado à Tipologia Urbana do Estado e Análise de Programação das Despesas Públicas do Estado do Paraná a nível Municipal. — **Aprovado.**

RESOLUÇÃO

Redação final do Projeto n.º 74/73.

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

RESOLVE:

Art. 1.º. Fica aprovado o Convênio celebrado em 8 de agosto de 1973, entre o Governo do Estado do Paraná e a Universidade Federal do Paraná para a formulação de um Plano de Obras adequada à Tipologia Urbana do Estado do Paraná e a Análise da Programação das Despesas Públicas a nível municipal no Estado.

Art. 2.º. Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 18 de março de 1974.

(Assinatura Ilegível)

Presidente

(Assinatura Ilegível)

Relator

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Lei n.º 63/73, que outorga Título de Cidadã Benemerita do Paraná à Professora Eny Caldeira. — **Aprovado.**

Redação final do Projeto de Lei n.º 63/73.

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1.º. Fica outorgado o Título de Cidadã Benemerita do Paraná à Professora Eny Caldeira.

Art. 2.º. Revogam-se as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 18 de março de 1974.

(Assinatura Ilegível)

Presidente

(Assinatura Ilegível)

Relator

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Lei n.º 92/73, que autoriza o Poder Executivo transferir ao D.E.R., para fins de conservação e melhoria, a estrada, que liga o Município de Tibagi ao de Castro. — **Aprovado.**

Redação final do Projeto de Lei n.º 92/73.

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1.º. Fica o Poder Executivo autorizado a transferir à responsabilidade do Departamento de Estradas de Rodagem, para efeito de conservação e melhoria, a estrada que liga Tibagi ao Município de Castro.

Art. 2.º. Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 18 de março de 1974.

(Assinatura Ilegível)

Presidente

(Assinatura Ilegível)

Relator

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Lei n.º 144/73, que dá nova redação ao Parágrafo Único do artigo 1.º, da Lei n.º 4.763, de 5-11-63. (Pensão viúva Suplentes de Deputados). — **Aprovado.**

Redação final do Projeto de Lei n.º 144/73.

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1.º. O parágrafo único, do artigo 1.º, da Lei n.º 4.763, de 05 de novembro de 1963, passe a ter a seguinte redação:

"Parágrafo único. Não terá direito a este subsídio a viúva do suplente de deputado, salvo se este tiver assumido, por tempo superior a 6 (seis) meses consecutivos ou 12 (doze) meses alternados".

Art. 2.º. Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 18 de março de 1974.

(Assinatura Ilegível)

Presidente

(Assinatura Ilegível)

Relator

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Lei n.º 193/73, que dá nova redação aos parágrafos 1.º e 11 do artigo 5.º, da Lei n.º 5.615, de 11 de agosto de 1967 e dá outras providências. — **Aprovado.**

Redação final do Projeto de Lei n.º 193/73.

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1.º. Os parágrafos 1.º e 11, do artigo 5.º, da Lei n.º 5.615, de 11 de agosto de 1967, passam a ter a seguinte redação:

"Art. 5.º.

§ — 1.º. A eleição realizar-se-á em escrutínio secreto, na segunda sessão plenária e ordinária do mês de dezembro de cada ano, exigindo-se sempre, a presença da maioria absoluta dos seus membros efetivos".

"§ — 11. Na primeira sessão plenária e ordinária do ano seguinte ao da eleição, os eleitos serão empossados nos seus respectivos cargos, salvo motivo justificado".

Art. 2.º. Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 18 de março de 1974.

(Assinatura Ilegível)

Presidente

(Assinatura Ilegível)

Relator

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Lei n.º 194/73, que autoriza o Poder Executivo doar ao Município da Lapa, o imóvel de propriedade do Estado situado na sede do referido Município conforme especifica. — **Aprovado.**

Redação final do Projeto de Lei n.º 194/73.

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1.º. Fica o Poder Executivo autorizado a doar ao Município da Lapa, o imóvel de propriedade do Estado do Paraná, situado à Rua Barão do Rio Branco n.º 1.455, naquela cidade, constituído de um terreno medindo 29,20 (vinte e nove metros e vinte centímetros) de frente para a citada rua, por 51,58 (cinquenta e um metros e cinquenta e oito centímetros) de fundos, edificado com uma casa de alvenaria, adquirido pelo Estado do Paraná, conforme transcrição n.º 13.396 do Livro 3-P, fls. 54 do Registro de Imóveis da Comarca da Lapa.

Art. 2.º. Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 18 de março de 1974.

(Assinatura Ilegível)

Presidente

(Assinatura Ilegível)

Relator

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Lei n.º 231/73, que cria a Inspeção de Ensino de Nova Londrina, com jurisdição sobre os Municípios de Nova Londrina, Marilena e Itaúna do Sul e dá outras providências. — **Aprovado.**

Redação final do Projeto de Lei n.º 231/73.

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1.º. Fica o Poder Executivo autorizado a criar a Inspeção Regional de Ensino de Nova Londrina, com jurisdição sobre os Municípios de Nova Londrina, Marilena e Itaúna do Sul.

Art. 2.º. O Poder Executivo baixará os atos necessários para instalação e funcionamento.

Art. 3.º. Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 18 de março de 1974.

(Assinatura Ilegível)

Presidente

(Assinatura Ilegível)

Relator

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Lei n.º 254/73, que declara de Utilidade Pública, a Fundação Bamerindus de Assistência Social, com sede e foro nesta Capital. — **Aprovado.**

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1.º. Fica declarada de utilidade pública a Fundação Bamerindus de Assistência Social, com sede e foro nesta Capital.

Art. 2.º. Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 18 de março de 1974.

(Assinatura Ilegível)

Presidente

(Assinatura Ilegível)

Relator

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Lei n.º 268/73, que objetiva conceder pensão mensal de Cr\$ 100,00 (cem cruzeiros), à Sra. Aracy de Lara Machado, viúva de ex-Servidor Público Estadual. — **Aprovado.**

Redação final do Projeto de Lei n.º 268/73.

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1.º. Fica o Poder Executivo autorizado a conceder à Aracy de Lara Machado, viúva de Luiz Teixeira Machado, ex-funcionário público estadual, uma pensão mensal de Cr\$ 100,00 (cem cruzeiros).

Art. 2.º. As despesas decorrentes com a execução da presente Lei, correrão à conta da verba própria do Orçamento Geral do Estado.

Art. 3.º. Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 18 de março de 1974.

(Assinatura Ilegível)

Presidente

(Assinatura Ilegível)

Relator

O SR. PRESIDENTE — Atendendo a Requerimento de autoria do Sr. Deputado Fuad Nacli, aprovado por esta Casa, designo os Srs. Deputados Fuad Nacli, Wilson Fortes, Borsari Neto, Jorge Sato e Basílio Zanusso para representar este Poder na IV Exposição Agropecuária de Paranavaí.

Sobre a mesa, Requerimento de autoria do Sr. Deputado Igo Losso, constante de Expediente de Sessão anterior, solicitando voto de reconhecimento e gratidão ao Missionário Manoel de Mello. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Olavo Ferreira, constante de Expediente de Sessão anterior, solicitando seja encaminhado Telegrama congratulando-se pela posse do Bacharel Ruben Valduga, no sidência do Banco Nacional de Habitação. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Olavo Ferreira, constante de Expediente de Sessão anterior, solicitando seja encaminhado Telegrama congratulando-se pela posse do Bacharel Rubens Valduga, no cargo de Secretário do Trabalho e Assistência Social. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Iris Caldart, constante de Expediente de Sessão anterior, solicitando Regime de Urgência para os Projetos de Lei n.º 192/73 e 196/73. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Olavo Ferreira, constante de Expediente de Sessão anterior, solicitando seja encaminhado Telegrama, ao Sr. Governador do Estado manifestando satisfação pela escolha do Sr. Ruben Valduga, para ocupar a Pasta do Trabalho e Assistência Social. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Arizone Araújo, constante de Expediente de Sessão anterior, solicitando seja encaminhado expediente ao Sr. Presidente da Caixa Econômica Federal, encarecendo a instalação de agências do referido órgão nos Municípios de Francisco Beltrão, Pato Branco e Foz do Iguaçu. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Arizone Araújo, constante de Expediente de Sessão anterior, solicitando voto de congratulações ao Sr. Karlos Heinz Rischbieter, no cargo de Presidente da Caixa Econômica Federal. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Ivo Thomazoni, constante de Expediente de Sessão anterior, solicitando a transcrição nos Anais da Casa, do discurso pronunciado pelo Sr. Zacharias Seleme, por ocasião de sua posse no cargo de Secretário do Interior e Justiça. — **Aprovado.**

(O discurso a ser transcrito, acha-se publicado no final desta Ata).
Requerimento de autoria do Sr. Deputado Maurício Fruet, constante de Expediente de Sessão anterior, solicitando a transcrição nos Anais da Casa, de reportagem publicada na edição do jornal "Folha de Londrina", sob o título "Antonina: a fome atracou no porto sem navios". — **Aprovado.** (A Matéria a ser transcrita acha-se publicada no final desta Ata).

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Erondy Silvério, constante de Expediente de Sessão anterior, solicitando seja encaminhado expediente ao Sr. Governador do Estado, no sentido de que seja marcada para o próximo dia 29, aniversário de Curitiba, a inauguração de placa alusiva, a ser afixada em local destacado e ao ar livre, onde posteriormente seria erigido busto, nominando este conjunto arquitetônico de Centro Cívico Governador Bento Munhoz da Rocha Neto. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado David Federmann, constante de Expediente de Sessão anterior, solicitando seja encaminhado expediente ao Sr. Diretor Presidente da Paranatur, encarecendo medidas que possam dinamizar o turismo nos Municípios de Ponta Grossa e Castro. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Arizone Araújo, constante de Expediente de Sessão anterior, solicitando voto de congratulações ao Sr. Maurício Schulman, pela posse na Presidência do Banco Nacional de Habitação. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Nelson Buffara, lido da Tribuna, solicitando seja transcrito nos Anais da Casa, o nome de Salim Chede, fique historicamente ligado à conquista, pelo Paraná, da Refinaria da Petrobrás, em construção no Município de Araucária. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Alvaro Dias, constante do Expediente, solicitando seja encaminhado apelo ao Departamento de Engenharia da Telepar, no sentido de que seja dinamizado o serviço

de religação de telefones quando da transferência do usuário. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Maurício Fruet, constante do Expediente, solicitando seja enviado Telex, ao Sr. Ministro da Saúde, no sentido de que se digno determinar a proibição de venda e fabricação de remédios nominados pelo Sr. Deputado Jaison Barreto, em apelo formulado pelo referido parlamentar na Câmara Federal. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Jorge Sato, constante do Expediente, solicitando Regime de Urgência para o Projeto de Lei n.º 287/73. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Ivo Thomazoni, constante do Expediente, solicitando Regime de Urgência para o Projeto de Lei n.º 18/73. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Olavo Ferreira, constante do Expediente, solicitando seja enviado Telegrama a Sucursal de Curitiba, da "Folha de Londrina", congratulando-se pela publicação, no dia 16 último, da reportagem "Pecuária Paranaense Grande Crescimento Grandes Deformações". — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Olavo Ferreira, constante do Expediente, solicitando seja encaminhado expediente ao Sr. Governador do Estado, bem como ao Sr. Secretário da Agricultura, no sentido de que seja firmado convênio para a aquisição de um laboratório para a fabricação de vacinas usadas na pecuária, usar da prática moderna de inseminação artificial. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Erondy Silvério, constante do Expediente, solicitando voto de regozijo pela investidura do Sr. Karlos Rischbieter na Presidência da Caixa Econômica Federal. — **Aprovado.**

O SR. PRESIDENTE — Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente Sessão, marcando outra para segunda-feira, dia 25, à Hora Regimental, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

3.ª DISCUSSÃO — dos Projetos de Resolução n.ºs 68/73, 69/73 e de Lei n.º 125/69.

2.ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 215/69.

1.ª DISCUSSÃO — dos Projetos de Lei n.ºs 18/73, 192/73 e 196/73. Levanta-se a Sessão.

MATÉRIA CUJA TRANSCRIÇÃO FOI APROVADA A REQUERIMENTO DO SR. DEPUTADO MAURÍCIO FRUET, APROVADO EM SESSÃO DO DIA 22 DO CORRENTE

"ANTONINA:

A FOME ATRACOU NO PORTO SEM NAVIOS

CURITIBA (Da sucursal) — São 10 da manhã, o movimento é grande nas ruas de Antonina, da idéia de intenso dinamismo econômico. Uma olhada mais atenta ao interior das casas comerciais, entretanto, mostra que quase ninguém está comprando coisa alguma. Praticamente o único estabelecimento com bastante gente é a formacia de Vitorio Carraro, vice-prefeito, que fica na rua da Prefeitura.

A frente do Sindicato da Estiva também está movimentada. Os operários do porto sempre reúnem-se ali, para saberem de notícias, se vem navio e se vem trabalho. Alceu Ribeiro de Freitas, estivador e funcionário da Prefeitura, é o cicerone. Ele aponta para os dois andares inacabados do prédio do Sindicato, explica que está por terminar há cinco anos, desde que começou a crise do porto. Os estivadores reunidos na calçada estão falando dos "gringos" que antigamente apareciam com frequência trazidos pelos navios, e alguns deles sobem junto à sala do presidente: pensam que trazemos notícias — talvez o anúncio da chegada de alguma embarcação.

O PRESIDENTE

Na maior sala do Sindicato o presidente está sentado diante da máquina de escrever, pede para esperar um pouco. Está datilografando mais um ofício para as "autoridades competentes", descrevendo a situação calamitosa criada pela falta de navios, que ele atribui a uma quase perseguição. "Vamos ver se depois da posse, falamos com o governador e com o presidente do IBC: se necessário vamos até o presidente Geisel, para denunciar a situação e reclamar uma solução".

Fala muito das dezenas de ofícios que mandou a todas as autoridades estaduais e da sua confiança em que estas tomarão as "devidas providências". É ouvido por um punhado de associados, meio incrédulos, meio pasmados, calados. Apresenta seus argumentos para os exportadores usarem o porto de Antonina: "temos condições de exportar 20 cruzeiros mais barato a saca do café de entreposto; a nossa taxa de atracamento é 40 por cento menor que a de Paranaguá, e as despesas de frete são menores, Antonina está mais perto. Além disso, o canal e a bacia de evolução já estão dragados, com 24 pés de profundidade".

OS NAVIOS

Os argumentos do presidente em si parecem convincentes, mas ecoam na sala do Sindicato sem provocarem modificações nas fisionomias incrédulas dos estivadores. Eles viram o último navio, o Celina, no dia 13 de fevereiro, já faz um mês. Desde lá estão sem trabalho. Antes do Celina, o último foi o Roberto Ramos, que os estivadores carregaram com 500 metros cúbicos de palitos destinados ao Recife. O Roberto Ramos largou no dia 15 de dezembro. "Durante todo o ano de 1973 o porto só recebeu 28 navios; pelo jeito que a coisa vai, parece que vamos passar 1974 com meia dúzia de navios", diz o presidente do Sindicato.

O pior, é que, com o pouco movimento, nem todos os estivadores tem oportunidade de trabalho, nas raras vezes que alguma embarcação atraca em Antonina. Quando o Celina chegou ao porto, o Sindicato, que funciona como uma agência de empregos, fez a chamada de todos os seus associados, para pegarem a primeira mão de trabalho. Nesse primeiro dia, todos trabalharam; mas no dia seguinte, só foram necessários 160 estivadores, e os 40 restantes ficaram sem serviço. O resultado foi que esses 40 não receberam salário-família em fevereiro pois para isso é exigido que se tenha trabalhado pelo menos dois dias no mês.

OS TRABALHADORES

Benedito Dias Pinheiro, 49 anos de vida, 23 de estiva, lembra do tempo em que Antonina recebia até 180 navios por ano: "A gente até fugia de trabalho, de tanto que tinha" — diz ele. Em dezembro, com o Roberto Ramos, Benedito ganhou Cr\$ 103. Em fevereiro deste ano conseguiu trabalhar dois dias no Celina, e recebeu Cr\$ 204,70. "A única coisa que a gente pode fazer é matar um bichinho (peixe), para sustentar a família" — diz ele. Benedito tem 11 filhos, três deles no grupo escolar: "Eles iam passar para o ginásio agora, mas vou ter que tirar porque não dá para comprar livros".

Para Elisio Martins, a situação também está preta. Em dezembro ele recebeu Cr\$ 291,99, em fevereiro Cr\$ 148,88. "Estou até o pescoço no fornecedor" — afirma. A situação de Alceu Ribeiro de Freitas só não é tão ruim como a dos seus companheiros porque ele trabalha na Prefeitura: "Em dezembro de 1973 ganhei Cr\$ 151; em fevereiro deste ano, Cr\$ 292,70. É a Prefeitura que ainda me quebra um galho" conta Alceu. A média salarial anual dos 200 estivadores de Antonina, em 1973, variou entre 1 e 2 mil cruzeiros, ou seja: cada um ganhou mais ou menos de 100 a 200 cruzeiros mensais. A situação do pessoal do Sindicato dos Arrumadores ainda é pior: segundo cálculos da Prefeitura, ali a média salarial mensal foi de 23 cruzeiros durante 1973.

A CIDADE

Toda essa depressão econômica devida à estagnação do porto atinge a cidade. Antonina tem 16 mil habitantes; dos quais três mil dependem diretamente do porto — são os estivadores, arrumadores, ensacadores e suas famílias. Todo o comércio depende do trabalho deles, e a Prefeitura também — sem navios, não há ICM. Há cerca de 300 funcionários públicos, mas estes preferem fazer compras em Curitiba. O resultado é que muitas lojas e armazéns fecharam, e as que continuam abertas tem pouco movimento.

Na Prefeitura também percebem-se os sinais da crise: ela empregava 180 funcionários há um ano e agora conta com 116, que "não tem o que fazer", segundo afirma Alceu Ribeiro de Freitas. "O único serviço que tem agora na Prefeitura, é carpir o mato" — declara. A administração do Porto empregava 93 funcionários há um ano, agora tem só 62 que também não tem o que fazer. Das sete agências de navegação que existiam até o ano passado (Antonina já chegou a ter 12) todas já fecharam, menos a Marcon, trazendo mais desemprego ainda. A cidade, não tem condições de absorver a mão-de-obra desempregada, e como muitos dos trabalhadores do porto não tem dinheiro nem para comer, não podem sequer pensar em ir arranjar emprego em outra cidade, sem recursos para passagem e hospedagem.

"Os únicos que estão ganhando com isto" — diz Alceu Ribeiro de Freitas — são as empresas de ônibus. Quem conseguiu arranjar serviço em outra cidade, vem todo fim de semana trazer dinheiro para a família".

MAGOA E A RAIVA

Todas as tentativas governamentais de amenizar a crise só irritaram os trabalhadores. Certa vez o deputado Zacarias Seleme mandou um caminhão carregado de charque, arroz e feijão a Antonina, para distribuir entre os operários do porto. "Foi um quilo de cada coisa para cada um, deu só para dois dias; só aceitamos mesmo porque estávamos passando fome" — diz o presidente do Sindicato. Recentemente a Inspetoria do Ensino mandou a quantia comica de 40 cadernos escolares para distribuição entre os associados. "O que é que eu vou fazer com isso?" — declara o presidente apontando com raiva o pequeno pacote que tem os cadernos: "Nós não precisamos de esmola; precisamos de trabalho".

Com esta situação toda, "às vezes tem uns companheiros que se alteram e eu preciso dar uma de pacificador" — afirma. É pouco provável, entretanto, que a "capacidade de apaziguar do presidente do Sindicato contenha a indignação dos companheiros que o escolheram como representante por muito tempo, a continuar a atual situação. "A gente nem tem mais coragem de passar o dia em casa: se fica ouvindo reclamação da mulher e choro das crianças, a gente fica louco. Por isso vem todo mundo para o Sindicato ou fica andando pelas ruas — declara Elisio Martins.

HORA DO ALMOÇO

Já é hora do almoço, por hábito o pessoal desce e o presidente fecha o Sindicato. As ruas estão paradas, perguntamos a Elisio Martins como é que os trabalhadores do porto estão fazendo para poderem comer. "Um dia a gente só almoça, outro dia, só janta, outro dia toma café... hoje dois filhos meus foram para a aula sem tomar café". Elisio vira as costas e fica olhando para coisa nenhuma na praça em frente ao Sindicato: está com os olhos cheios de lágrimas.

MATERIA CUJA TRANSCRIÇÃO, FOI APROVADA A REQUERIMENTO DO SR. DEPUTADO IVO THOMAZONI, EM SESSÃO DO DIA 22 DO CORRENTE

Excelentíssimo Senhor Senador

Octavio Cezario Pereira Junior.

Senhores — Senhoras.

Ouso entender esta minha nomeação para Secretário do Interior e Justiça como um renovado voto de confiança com que me dignifica o Excelentíssimo Senhor Governador EMILIO GOMES. Já atendera o chamamento de Sua Excelência para assumir a Secretaria do Trabalho e Assistência Social, à qual emprestei o meu esforço, a minha dedicação, a minha luta, a experiência adquirida na laboriosa vida parlamentar e em outra gestão, quando dela fui titular no Governo Ney Braga. Tenho, por sua Excelência e sua equipe, à qual honra-me pertencer como Secretário de Estado, a lealdade que, obrigatoriamente, deve envolver o homem público.

Hoje, quando substituo um colega da bancada federal que se afasta para assumir o alto e honroso posto de Senador da República, vago com a licença do Ministro Ney Braga, nada mais posso prometer que a mesma dedicação, carinho, luta e esforço com que sempre enfrentei as responsabilidades da vida.

Devo, antes de tudo, porém, dizer a Vossa Excelência, Senador Cezario Junior, que esta não é uma experiência nova para mim. Ocupamos a mesma Secretaria — a do Trabalho e Assistência Social —; saímos das fileiras do mesmo Partido pré-revolucionário e ingressamos, juntos, na Aliança Renovadora Nacional. Pertencemos, ambos, à banca da federal do Paraná junto à Câmara dos Deputados. E hoje venho render Vossa Excelência nesta Pasta. Devo recordar, entretanto, também ter prestado serviços ao meu Estado, no Governo Paulo Pimentel na condição de Secretário de Estado Extraordinário para assuntos de Indústria e Comércio.

Sei dos relevantes e inestimáveis serviços prestados por Vossa Excelência. Asseguro-lhe, com a consciência tranquila, usando de expressões do Ministro Ney Braga, que continuarei a sua obra criando, não a continuarei repetindo.

Incrementarei, se possível e necessário, a campanha de aumento do eleitorado. Continuarei buscando, pela grandeza do Paraná, a meta proposta: o eleitor de número 3 milhões.

Far-me-ei porta-voz das justas reivindicações da douta Magistratura, sendo o elo entre o Executivo e o Judiciário, porque, advogado, aprendi a admirá-la. Secretário da Justiça, saberei respeitá-la. Dela, repito Ruy Barbosa, na sua "Oração aos Moços", a mais eminente das profissões a que um homem pode se entregar neste mundo.

Manterei a luta iniciada por Vossa Excelência no sentido de dotar as Procuradorias Gerais — da Justiça e do Estado — dos instrumentos legais necessários à realização das suas missões de defesa dos superiores interesses do Estado, quer no atingimento do seu escopo — o bem comum —, quer quando busque, para si mesmo, um pronunciamento jurisdicional.

Por outro lado, não olvidarei que, se ao Estado cabe a persecução penal para a imposição de pena retributiva aos criminosos, não pode abandonar o condenado, ainda que por mero pragmatismo. Saberei, como Vossa Excelência, acarinhar o Departamento de Estabelecimentos Penais, buscando, também, a implantação do complexo agropecuário-industrial na região de Londrina, oriundo de convênio assinado com o Ministro da Justiça.

Não descurei do auxílio aos Municípios, incentivando a FAMEPAR nas suas realizações. Mas, lembro-me agora, este é um ano político. E, disse-o Vossa Excelência, "sou um homem político". Repito com Vossa Excelência: sou um homem público. **E o homem público deve buscar a posição de suas idéias, não as idéias de sua posição.** São palavras do saudoso Senador Milton Campos.

Como homem público e político, só posso ser um homem de Partido. Porque é através deste que o Estado de Direito atua. E o meu Partido, como o de Vossa Excelência, é a Aliança Renovadora Nacional. O que significa o acatamento de todos os homens e idéias válidas para o bem do Estado.

A ARENA estadual vem sendo dignamente presidida pelo Senador Accioly Filho. Sob sua gestão pacificou-se.

E este é, exatamente, o meu propósito: manter no Paraná, com a ajuda de Deus, a colaboração da ARENA, do seu Presidente, dos seus Membros, da bancada paranaense com assento no Congresso Nacional, da Assembléia Legislativa que tem como Presidente o valoroso correligionário Deputado João Mansur, dos homens públicos do Estado, dos funcionários desta Casa que não me hão de faltar, a paz necessária para que 1974 não seja, apenas e tão somente, um ano político.

Mas que seja, acima de tudo, o ano do Paraná unido. Do Paraná forte. Do Paraná político.

Disse.